

Infraestrutura Brasil Holding I S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2020 e o
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding I S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding I S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Companhia em fase pré-operacional

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos à atenção para o fato da Companhia se encontrar em fase pré-operacional, com previsão de entrada em operação em 2021. Durante essa fase e até que a Companhia possa gerar recursos por meio de suas operações, os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas e por financiamentos obtidos junto a instituições financeiras credoras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Saldos comparativos em 31 de dezembro de 2019

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós nem por nenhum outro auditor independente.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

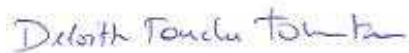
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.912	4.851	248.754	4.941
Títulos e valores mobiliários	6	18.231	-	18.231	-
Impostos a recuperar		442	-	450	-
Despesas antecipadas	20	107	-	1.700	-
Adiantamentos		95	-	95	155
Outros		133	1	133	1
Total		<u>21.920</u>	<u>4.852</u>	<u>269.363</u>	<u>5.097</u>
NÃO CIRCULANTE					
Despesas antecipadas	20	38	-	678	-
Partes relacionadas	12	5.268	-	4.448	-
Investimentos	7	363.069	23.881	-	-
Imobilizado	8	1.560	-	515.981	-
Intangível	9	-	-	23.644	23.636
Total		<u>369.935</u>	<u>23.881</u>	<u>544.751</u>	<u>23.636</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>391.855</u>	<u>28.733</u>	<u>814.114</u>	<u>28.733</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

<u>PASSIVO</u>	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
CIRCULANTE					
Fornecedores	10	212	-	77.600	-
Empréstimos e financiamentos	13	463.904	20.031	463.904	20.031
Obrigações trabalhistas		3.193	-	3.193	-
Tributos e contribuições sociais e recolher		115	-	1.266	-
Partes relacionadas	12	2.500	-	2.500	-
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	19.244	-
Arrendamento	11	363	-	363	-
Total		<u>470.287</u>	<u>20.031</u>	<u>568.070</u>	<u>20.031</u>
NÃO CIRCULANTE					
Arrendamento	12	484	-	484	-
Empréstimos e financiamentos		-	-	324.476	-
Outras contas a pagar	7c	-	8.881	-	8.881
Total do passivo não circulante		<u>484</u>	<u>8.881</u>	<u>324.960</u>	<u>8.881</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	15	650.001	50.001	650.001	50.001
Capital social a integralizar		(650.000)	(50.000)	(650.000)	(50.000)
Prejuízos acumulados		(59.673)	(180)	(59.673)	(180)
Outros resultados abrangentes		(19.244)	-	(19.244)	-
Total do patrimônio líquido		<u>(78.916)</u>	<u>(179)</u>	<u>(78.916)</u>	<u>(179)</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>391.855</u>	<u>28.733</u>	<u>814.114</u>	<u>28.733</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Receitas/(Despesas) gerais e administrativas	16	(746)	-	(1.154)	-
		(746)	-	(1.154)	-
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	8	(1.137)	-	-	-
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(1.883)	-	(1.154)	-
Receitas financeiras		1.512	1	1.554	1
Despesas financeiras		(59.122)	(181)	(59.893)	(181)
RESULTADO FINANCEIRO	17	(57.610)	(180)	(58.339)	(180)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(59.493)	(180)	(59.493)	(180)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Prejuízo do exercício	(59.493)	(180)	(59.493)	(180)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado	-	-	-	-
Parcela efetiva das mudanças no valor justo do instrumento de "hedge"	(19.244)	-	(19.244)	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(78.737)</u>	<u>(180)</u>	<u>(78.737)</u>	<u>(180)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social		Reserva de "hedge" de fluxo de caixa	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	A integralizar			
Saldo em 1º de janeiro de 2019 (Não auditado)	1	-	-	-	1
Aumento de capital em 18 de dezembro de 2019	50.000	(50.000)	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(180)	(180)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	50.001	(50.000)	-	(180)	(179)
Aumento de capital em 17 de fevereiro de 2020	215.000	(215.000)	-	-	-
Aumento de capital em 18 de setembro de 2020	650.000	(650.000)	-	-	-
Redução de capital em 18 de setembro de 2020	(265.000)	265.000	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(59.493)	(59.493)
Outros resultados abrangentes	-	-	(19.244)	-	(19.244)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>650.001</u>	<u>(650.000)</u>	<u>(19.244)</u>	<u>(59.673)</u>	<u>(78.916)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I.S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do exercício	(59.493)	(180)	(59.493)	(180)
Itens que não afetam o caixa operacional:				
Resultado da equivalência patrimonial	1.137	-	-	-
Depreciação	322	-	322	-
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	14.680	31	14.807	31
Juros sobre arrendamento	21	-	21	-
Provisões	103	-	550	-
Ajuste a valor justo do passivo de aquisição de investimento	(8.881)	-	(8.881)	-
(Aumento) diminuição dos ativos operacionais:				
Impostos a recuperar	(442)	-	(450)	-
Despesas antecipadas	(145)	-	(2.378)	-
Partes relacionadas	(4.868)	-	(4.448)	-
Outros	(132)	-	(132)	-
Adiantamentos	(95)	-	60	(155)
Aumento (diminuição) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	109	-	789	-
Tributos e contribuições sociais e recolher	115	-	1.266	-
Obrigações trabalhistas	3.193	-	3.193	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(54.376)	(149)	(54.774)	(304)
Juros pagos	(4.623)	-	(4.698)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(58.999)	(149)	(59.472)	(304)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Títulos e valores mobiliários	(18.231)	-	(18.231)	-
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(948)	-	(439.108)	-
Adições ao intangível	-	-	(8)	(23.636)
Investimentos em controladas	(359.569)	(15.000)	-	-
Aquisições societárias	-	-	-	8.881
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(378.748)	(15.000)	(457.347)	(14.755)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:				
Contratos de mútuos a receber	(400)	-	-	-
Contratos de mútuos a pagar	2.500	-	2.500	-
Pagamento de arrendamento	(108)	-	(108)	-
Captação de empréstimos	762.404	20.000	1.186.880	20.000
Amortização de empréstimos	(328.588)	-	(428.640)	-
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	435.808	20.000	760.632	20.000
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.939)	4.851	243.813	4.941
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.851	-	4.941	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.912	4.851	248.754	4.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding I S.A. (“Companhia” ou “IBH I”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de junho de 2018, com sede foro na Rua Dr. Campos Bicudo, 98 – 4º andar, na cidade de São Paulo e estado de São Paulo. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável.

Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia adquiriu o controle da empresa Sol do Sertão Holding S.A. (“Sol do Sertão”), esta que detém o controle da Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A. (“OB I”), Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A. (“OB II”) e Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A. (“OB III”). Essas investidas, cujo propósito específico é a geração de energia solar, estão localizadas em Oliveira dos Brejinhos, estado da Bahia e encontram-se em fase pré-operacional, com previsão de entrada em operação em 2021.

O Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão possui capacidade instalada total de 475,8 MWp, sendo 163,8 MWp da OB I, 172,1 MWp da OB II e 139.9 MWp da OB III.

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

O capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2020 encontra-se negativo em R\$ 448.367 (R\$ 15.179 em 31 de dezembro de 2019) na controladora e R\$ 298.707 (R\$14.934 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por 1) financiamento obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (“BNDES”), por meio de linha de crédito aprovada em 30 de outubro de 2020 para as Controladas no valor de R\$910.000, destinados a implementação das usinas fotovoltaicas UFV e sistemas de conexão associados, 2) com a entrada de operação haverá o recebimento das participações referentes as Controladas, 3) se necessário haverá aportes dos acionistas em caso de dívidas de curto prazo não serem negociadas.

Com a entrada em operação em 2021, estima-se geração de caixa proveniente da venda de energia já contratada e de energia disponível, para a qual a Administração entende que existe demanda no mercado brasileiro. Com base em seu plano de negócios estima-se uma receita para o exercício de 2021 na ordem de R\$95 milhões.

Impactos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) nas operações

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) se tratava de uma emergência de saúde global. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e de entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial da pandemia, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, podendo gerar impactos nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia tem acompanhado todos os desdobramentos relacionados à pandemia causada pela COVID-19, com monitoramento diário da situação e das orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes.

Todas as medidas necessárias para garantir a saúde dos colaboradores foram tomadas. Para mitigar a transmissibilidade do vírus, foram implementadas ações de higienização de espaços e áreas de circulação, comunicação ativa, distribuição de materiais protetionais aos colaboradores, criação de Comitê de Covid, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

A Administração da Companhia tomou as medidas adequadas para prevenir a disseminação da COVID-19, readequar o cronograma de obras bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de abril de 2021.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem para definir o pagamento contingente e a alocação do preço de aquisição societárias e definição de taxa de desconto nos contratos de arrendamento. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

e) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a IBH I e suas controladas.

As controladas são todas as Companhias nas quais a IBH I detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Participação %	
	2020	2019
<u>Controlada direta</u>		
Sol do Sertão	100%	100%
<u>Controladas indiretas</u>		
OB I	100%	100%
OB II	100%	100%
OB III	100%	100%

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

3.2. Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.3. Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos a manutenção e reparos são lançados no resultado, quando incorridos.

3.4. Ativo intangível

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura.

3.5. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve a identificação de ativos passíveis de ajustes nos valores recuperáveis.

3.6. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia.

3.7. Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (contratos de energia marcados a mercado / valor justo) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“*goodwill*”). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Em 31 de dezembro de 2020 não foram identificadas provisões para contingências a serem registradas nas demonstrações financeiras

3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.10. Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de-uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor.
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável, caso em que a taxa de empréstimo incremental da Companhia no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

3.11. Impostos

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

Na controladora e controlada o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Incentivos fiscais tributários na OB I, OBII e OB III

(i) Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (“Reidi”)

As controladas indiretas da Companhia obtiveram a habilitação ao Reidi, instituído pela Lei nº 11.488/2007 junto as autoridades Governamentais Aneel, Ministério de Minas e Energia e Receita Federal do Brasil, que permite a suspensão do PIS e da COFINS nas aquisições no mercado nacional e internacional de bens, materiais e serviços de construção da obra de infraestrutura.

(ii) Programa Desenvolve Bahia (“Desenvolve”)

As controladas indiretas da Companhia, por estar em fase de construção de ativo imobilizado no Estado da Bahia, obtiveram a habilitação do Programa Desenvolve Bahia, instituído pela Lei nº 7.980/2001 e regulamentado pelo Decreto 8.205/2002, tendo diferimento do pagamento de ICMS relativo às aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado para o momento em que ocorrer sua desincorporação, o incentivo será utilizado nas operações internas de bens produzidos no Estado da Bahia, operações de importação de bens do exterior e para o diferencial de alíquota de bens das operações interestaduais.

3.12. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

- Classificação do ativo financeiro

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJR somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos financeiros são representados por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e as contas a receber de partes relacionadas, são registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior há 12 meses após a data-base de encerramento das demonstrações financeiras, os quais são classificados como não circulante.

- Reconhecimento

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

- Mensuração

As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2020, são representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos, contas a pagar para partes relacionadas e outras contas a pagar, os quais são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros e variações monetárias e cambiais.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos derivativos – “Hedge”

O CPC 48 prevê uma abordagem de contabilização de “hedge” com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deve avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

O instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia e suas controladas para fins de proteção é o NDF (“*Non-Deliverable Forward*”) cambial: são contratos sob os quais a Companhia compra ou vende uma quantidade de moedas a uma taxa cambial fixa para data futura, liquidando a diferença entre a taxa negociada e a taxa apurada no vencimento do contrato, com prazo e volume semelhante ao ativo coberto. (nota 19)

Os derivativos contratados são classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa e segundo os parâmetros descritos no CPC 48, a Companhia e suas controladas adotam o “*hedge accounting*”.

As principais características das atividades de “hedge” das controladas indiretas são baseadas nas numa Política de Gestão de Riscos que determina as exposições de cada projeto.

3.13. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4. ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS) NOVAS E REVISADAS

- (i) Normas e interpretações novas e revisadas de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2020

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board - IASB*) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Estrutura Conceitual	Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS	01/01/2020
Alterações à IFRS 3	Definição de negócios	01/01/2020
Alterações à IAS 1 e IAS 8	Definição de Material	01/01/2020
Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7	Reforma da Taxa de Juros de Referência	01/01/2020
Alteração à IFRS 16	Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19	01/06/2020

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados do Grupo ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(ii) 'Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16	Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2	01/01/2021
Alterações ao IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual Imobilizado - Recursos Antes do Uso	01/01/2022
Alterações ao IAS 16	Pretendido	01/01/2022
Alterações ao IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022
IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao IAS 1 e ao IFRS <i>Practice Statement 2</i>	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações no CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e no CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint Venture</i>	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Depósitos bancários	2.161	-	215.345	90
Aplicações financeiras	751	4.851	33.409	4.851
	<u>2.912</u>	<u>4.851</u>	<u>248.754</u>	<u>4.941</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo o saldo de caixa é composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
		(não auditado)		(não auditado)
Aplicações em CDB	18.231	-	18.231	-
	18.231	-	18.231	-

As aplicações financeiras foram dadas em garantia às NDFs contratadas pelas controladas indiretas OBI, OBII e OBIII durante a vigência dos respectivos contratos. Detalhes na nota explicativa 18.

7. INVESTIMENTOS

a) Movimentação do investimento

Controladas	Valor do investimento em 2019	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Valor do investimento em 2020
Sol do Sertão	23.881	359.569	(1.137)	(19.244)	363.069
	23.881	359.569	(1.137)	(19.244)	363.069

b) Informações dos investimentos

	Data base	Participação no capital	Capital			Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
		integralizado - %	integralizado	Ativos	Passivos	líquido	(prejuízo)
Sol do Sertão	2020	100	359.814	346.521	7.088	339.433	(1.137)
			359.814	346.521	7.088	339.433	(1.137)

c) Aquisição dos investimentos

Em 26 de novembro de 2019, a IBH I adquiriu 100% das cotas da Sol do Sertão de seu cotista Eduardo Pimentel Serra ("Vendedor"), através do Contrato de Compra e Venda de Quotas ("Contrato"). A formalização do fechamento da operação foi documentada através do Termo de Fechamento do Contrato de Compra e Venda de Cotas ("Termo de Fechamento") em 20 de dezembro de 2019.

O valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição, conforme laudo de avaliação foi determinado no valor total de R\$ 23.881 conforme a seguir:

Ativos identificáveis	Investimento
Valor justo de ativos e passivos identificáveis	245
Intangível - Contrato de Autorização OB I (i)	8.763
Intangível - Contrato de Autorização OB II (i)	7.090
Intangível - Contrato de Autorização OB III (i)	7.778
Ágio não alocado (i)	5
	<u>23.881</u>

(i)

- (ii) O valor justo do intangível e da parcela do ágio não alocada no montante de R\$23.636 contempla a apuração do valor do contrato de autorização apurado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado (FDC) a uma taxa projetada de 11,5%, por um período de 35 anos que equivale ao prazo dos contratos. No que tange a taxa de desconto adotada para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa, foi adotado metodologia CAPM – “*Capital Asset Pricing Model*”, que resulta na estimativa de uma taxa alinhada a retornos de mercado para empresas/ativos comparáveis. No consolidado esses valores são apresentados como ativo intangível.

d) Valor do preço de aquisição

O preço total da aquisição do investimento está composto da seguinte forma:

- a) pagamento à vista, em 20 de dezembro de 2019, no valor de R\$15.000; e
- b) pagamento de segunda parcela a ser efetuado mediante atendimento de certas condições contratuais (“*Earnout*”). A Administração, com base nas informações e cenário conhecido na data da aquisição, determinou o valor de R\$ 8.881 dessa segunda parcela.

Nesse contexto, ao longo de 2020, não foram cumpridas as condições estabelecidas no contrato para o pagamento do *Earnout*. Os principais motivos para tal estão relacionados à alteração das condições de mercado devido à pandemia do Covid-19, o que resultou, por exemplo, em aumento dos custos indexados ao dólar americano e em aumento no preço de diversos serviços e produtos, os quais foram considerados de maneira diversa no fechamento do Contrato. Dessa forma, a Administração revisou o valor justo dessa parcela e determinou que o mesmo deve ser revertido. A reversão desse valor foi registrada no resultado do exercício, pois se refere a eventos ocorridos após a data da aquisição.

8. IMOBILIZADO

Composição do imobilizado

Imobilizado em serviço	Taxas de depreciação	Controladora			
		Saldo líquido em 2019	Custo	Depreciação	Saldo em 2020
Máquinas e equipamentos	20%	-	195	(21)	174
Edificações	33%	-	592	(94)	498
Direito de uso – Edificações	33%	-	968	(203)	765
Móveis e utensílios	10%	-	127	(4)	123
		-	1.882	(322)	1.560

Imobilizado em serviço	Taxas de depreciação	Saldo líquido em 2019	Consolidado		
			Custo	Depreciação	Saldo líquido em 2020
Máquinas e equipamentos	20%	-	195	(21)	174
Edificações	33%	-	592	(94)	498
Direito de uso – Edificações	33%	-	968	(203)	765
Móveis e utensílios	10%	-	127	(4)	123
Imobilizado em construção					
Máquinas e equipamentos		-	404.359	-	404.359
Edificações		-	462	-	462
A ratear (a)		-	62.152	-	62.152
Adiantamento (b)		-	47.448	-	47.448
			<u>516.303</u>	<u>(322)</u>	<u>515.981</u>

- a) A rubrica “A ratear” é composta pelos custos com consultoria técnica, honorários advocatícios, gestão fundiária, gestão ambiental, serviços relacionados ao projeto básico e engenharia do proprietário, despesas de viagens, apropriação de seguros e receitas financeiras capitalizáveis. Os custos a ratear são realizados em função da implementação do projeto e que no momento da unitização serão rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais, conforme Resolução Normativa nº674/2015, emitida pela ANEEL.
- b) A rubrica de adiantamentos refere-se a recursos liberados a fornecedores de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços para implementação das usinas fotovoltaicas das investidas. No momento das entregas dos materiais e serviços os valores são incorporados ao ativo imobilizado.

9. INTANGÍVEL

Composição do ativo intangível

	Saldo líquido em 2019	Consolidado		Saldo líquido em 2020
		Custo	Depreciação	
Softwares		8	-	8
Ágio	5	-	-	5
Contratos de autorização	23.631			23.631
	<u>23.636</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>23.644</u>

Os contratos de autorização possuem vida útil definida de 35 anos, os intangíveis atrelados a eles serão amortizados linearmente a partir da data de entrada em operação do parque solar até o final da vigência do contrato.

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Fornecedores	109	-	23.162	-
Retenção contratual	-	-	11.065	-
Provisões	103	-	550	-
Fornecedores internacionais	-	-	42.823	-
	<u>212</u>	<u>-</u>	<u>77.600</u>	<u>-</u>

11. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconhece em seu balanço os contratos de arrendamento com prazo superior a 12 meses. O passivo de arrendamento é reconhecido a valor presente do fluxo de pagamentos mais custos diretamente alocáveis. É reconhecido também um ativo relacionado ao direito de uso correspondente ao ativo subjacente cuja vida útil é representada pelo prazo do contrato de arrendamento. Os saldos de arrendamento apresentados a seguir refere-se ao contrato de aluguel do escritório da sede.

As controladas da Companhia possuem contratos de arrendamento terras nos parques solares, no município de Oliveira dos Brejinhos, BA. Estes contratos possuem remuneração vinculada a um percentual da receita bruta decorrentes da geração de energia dos empreendimentos e apresenta vigência em torno de 40 anos. A Companhia não registrou estes contratos a luz do CPC06 (R2) vista que a base de remuneração é variável.

a) Composição dos arrendamentos

	Valor Contratual	Data de início	Taxa de Juros a.a.	Data final	Forma de pagamento	2020
Contrato	968	mai/20	3,50%	abr/23	Mensal	847
Total de arrendamento	<u>968</u>					<u>847</u>
Circulante						363
Não Circulante						484

Os vencimentos das parcelas de arrendamentos estão distribuídos como a seguir:

	Controladora 2020
2021	363
2022	363
2023	121
	<u>847</u>

b) Movimentação dos arrendamentos

	Controladora					Saldo em 2020
	Saldo em 2019	Adições	Pagamentos	Juros a Apropriar	Juros apropriados	
Aluguéis	-	472	(108)	(22)	21	363
Total do circulante	-	472	(108)	(22)	21	363
Alugueis	-	496	-	(12)	-	484
Total do não circulante	-	496	-	(12)	-	484
	-	968	(108)	(34)	21	847

12. PARTES RELACIONADAS (CONTROLADORA)

	Vigência	Controladora 2020
<u>Ativo</u>		
Contratos de mútuo (i)		
Sol do Sertão	12/2020 a 12/2021	400
Compartilhamento serviços de terceiros		
OB I		161
OB II		143
OB III		116
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.		393
Compartilhamento folha de pagamento (ii)		
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.		4.055
		<u>5.268</u>
<u>Passivo</u>		
Contratos de mútuo		
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. ("IBH IV")	11/2020 a 02/2021	2.500
		<u>2.500</u>

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições estabelecidas em contratos entre as partes.

Remuneração da diretoria

- ii) Os gastos relacionados a folha de pagamentos são reconhecidos na empresa IBH I, onde todos os colaboradores são registrados incluindo pessoal-chave da Administração. Estes custos são rateados na proporção de 50% entre as Companhias IBH I e IBH IV. A remuneração do pessoal chave da Administração incluindo encargos e benefícios alocados na IBH I após compartilhamento corresponde a R\$570.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Empréstimos e Financiamentos

(i) BNDES

Em 30 de outubro de 2020 a Sol do Sertão assinou contrato com o BNDES, tendo como beneficiárias do crédito as controladas OB I, OB II e OB III. O total de recursos compreendido no contrato é de R\$ 910.000. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA (ii) pela taxa de juros prefixada de 1,49% ao ano e (iii) pelo Spread do BNDES de 2,65% ao ano.

O principal e juros da dívida deve ser pago ao BNDES em 273 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela vincenda em 15 de fevereiro de 2022. O vencimento do contrato é de 15 de outubro de 2044. As linhas de crédito para as OB I, OB II e OB III serão disponibilizadas conforme a seguir:

Crédito "A" - Investida OB I, recurso total de R\$ 313.272, composto por subcrédito A1 no valor de R\$ 250.618 e subcrédito A2 no valor de R\$ 62.654. A primeira parcela dos subcreditos foi liberada em 30 de dezembro de 2020 totalizando R\$ 114.107 e a segunda parcela foi liberada em 29 de março de 2021 totalizando R\$ 92.641

Crédito "B" – Investida OB II, recurso total de R\$ 328.988 composto por subcrédito B1 no valor de R\$ 263.190 e subcrédito B2 no valor de R\$ 65.798. A primeira parcela dos subcreditos foi liberada em 30 de dezembro de 2020 totalizando R\$ 122.969 e a segunda parcela foi liberada em 29 de março de 2021 totalizando R\$ 98.319

Crédito "C" Investida OB III recurso total de R\$ 267.740 composto por subcrédito C1 no valor de R\$ 214.192 e subcrédito C2 no valor de R\$ 53.548. A primeira parcela dos subcreditos foi liberada em 30 de dezembro de 2020 totalizando R\$ 91.950 e a segunda parcela foi liberada em 29 de março de 2021 totalizando R\$ 35.573.

(ii) CCB Itaú

Em 18 de setembro de 2020, a Companhia captou o valor de R\$264.000, na forma de Cédula de Crédito Bancário, junto à instituição financeira Itaú Unibanco S.A. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,50% a.a. No dia 30 de setembro de 2020, a Companhia realizou outra captação de recursos junto ao Banco Itaú-Unibanco S.A. na forma de Cédula de Crédito Bancária no montante de R\$200.000 composto de principal e juros remuneratórios a 100% do CDI composto com taxa fixa de 1,25% a.a.

b) Composição de empréstimos e financiamentos

Controladora				
Modalidade	Custo da Dívida	Vencimento	2020	2019
CCB – Santander	2,5% a.a. +100% CDI	18/03/2020	-	20.031
CCB – Itaú	1,25% a.a. + 100% CDI	24/09/2021	199.913	-
CCB – Itaú	2,5% a.a. +100% CDI	17/09/2021	263.991	-
			<u>463.904</u>	<u>20.031</u>

Consolidado

Modalidade	Juros	Vencimento	2020	2019
CCB - Santander	2,5% a.a. +100% CDI	18/03/2020	-	20.031
CCB – Itaú	1,25% a.a. + 100% CDI	24/09/2021	199.913	-
CCB – Itaú	2,5% a.a. +100% CDI	17/09/2021	263.991	-
	1,49% a.a. + spread			
BNDES	2,65% a.a. + IPCA	15/10/2044	324.476	-
			<u>788.380</u>	<u>20.031</u>

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva

c) Movimentação de empréstimos e financiamentos

Circulante	Controladora						2020
	2019	Ingressos	Atualização monetária	Juros	Pagamentos	Amortização do custo de transação	
Principal	20.000	769.000	5.935	-	(328.588)	-	466.347
Juros	31	-	-	7.131	(4.623)	-	2.539
Custo de transação	-	(6.596)	-	-	-	1.614	(4.982)
	<u>20.031</u>	<u>762.404</u>	<u>5.935</u>	<u>7.131</u>	<u>(333.211)</u>	<u>1.614</u>	<u>463.904</u>
Circulante	Consolidado						2020
	2019	Ingressos	Atualização monetária	Juros	Pagamentos	Amortização do custo de transação	
Principal	20.000	869.000	5.987	-	(428.640)	-	466.347
Juros	31	-	-	7.206	(4.698)	-	2.539
Custo de transação	-	(6.596)	-	-	-	1.614	(4.982)
	<u>20.031</u>	<u>862.404</u>	<u>5.987</u>	<u>7.206</u>	<u>(433.338)</u>	<u>1.614</u>	<u>463.904</u>
Não circulante							
Principal	-	329.026	-	-	-	-	329.026
Custo de transação	-	(4.550)	-	-	-	-	(4.550)
	-	<u>324.476</u>	-	-	-	-	<u>324.476</u>

- Em 20 de março de 2020, a Companhia liquidou o saldo de empréstimos no montante de R\$20.309 referente a principal e juros do CCB contratado junto ao Banco Santander em 19 de dezembro de 2019.
- Em 20 de março de 2020, a Companhia liquidou o saldo de empréstimos no montante de R\$55.330 referente a principal e juros do CCB contratado junto ao Banco Santander em 20 de fevereiro de 2020.
- Em 18 de setembro de 2020, a Companhia liquidou o saldo de empréstimos no montante de R\$257.603 referente a principal e juros das Notas Promissórias contratadas junto ao Banco Votorantim em 20 de março de 2020.

- Em 21 de dezembro de 2020 a Sol do Sertão captou o valor de R\$ 100.000, a título de cédula de crédito bancário, junto a instituição financeira ABC. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,75% a.a. O empréstimo foi liquidado antecipadamente em 31 de dezembro de 2020.

d) Índice de cobertura da dívida - BNDES

O financiamento com o BNDES possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros a partir da divisão de caixa de atividades do ano de referência pelo serviço da dívida com base em informações das demonstrações financeiras. O cálculo é obrigatório apenas a partir do exercício de 2022. A Administração implementou controles adequados de forma a garantir que o índice de cobertura seja atendido no decorrer da vigência do contrato.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Prejuízo antes do IR e CS	(59.493)	(180)	(59.493)	(180)
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
	(20.228)	(61)	(20.228)	(61)
Adições permanentes				
Equivalência patrimonial	387	-	-	-
Perda com derivativos	13.233	-	13.233	-
Outras	335	-	722	-
Adições temporárias				
Provisões de bônus	752	-	752	-
Outras	70	-	70	-
Exclusões				
Arrendamento	(35)	-	(35)	-
Parcela não reconhecida de crédito tributário	(5.486)	(61)	(5.486)	(61)
	-	-	-	-

O saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para compensação com lucros tributáveis futuros é de R\$ 5.486. A Companhia não reconheceu créditos tributários sobre esses valores.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$650.001, representado por 600 ações integralizadas, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	2020 e 2019
Patria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	100%
	<u>100%</u>

De acordo com a ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2020 a Companhia aprovou o aumento do capital em R\$215.000, mediante emissão de 215.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal subscritas e não integralizadas ao preço de R\$1,00 cada,

Em 18 de setembro de 2020, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aprovou o aumento do capital social em R\$650.000, mediante emissão de 650.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal subscritas e não integralizadas ao preço de R\$1,00 cada.

Ainda, em 18 de setembro de 2020, a Companhia, decidiu por reduzir parcialmente o capital social não integralizado, em R\$265.000, mediante cancelamento de 265.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, conforme AGE nesta data.

16. (RECEITAS)/DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Pessoal e encargos	5.391	-	5.391	-
Serviços de terceiros	3.289	-	3.670	-
Depreciação e amortização	322	-	322	-
Ajuste a valor justo do passivo de aquisição de investimento (i)	(8.881)	-	(8.881)	-
Outros	625	-	652	-
	<u>746</u>	<u>-</u>	<u>1.154</u>	<u>-</u>

- (i) Valor correspondente a reversão do pagamento da segunda parcela referente a aquisição da empresa Sol do Sertão, conforme detalhes na nota explicativa nº 7.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos das aplicações financeiras	1.585	1	1.586	1
Ganho com variação cambial	-	-	30	
Descontos obtidos	-	-	11	
(-) Tributos sobre receita financeira	(73)	-	(73)	-
	<u>1.512</u>	<u>1</u>	<u>1.554</u>	<u>1</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(13.066)	(32)	(13.193)	(32)
Comissões, garantias e fianças(i)	(6.794)	-	(7.347)	-
IOF	(288)	(149)	(288)	(149)
Outras despesas financeiras	(82)	-	(173)	-
Perdas com derivativos (ii)	(38.892)	-	(38.892)	-
	<u>(59.122)</u>	<u>(181)</u>	<u>(59.893)</u>	<u>(181)</u>
	<u>(57.610)</u>	<u>(180)</u>	<u>(58.339)</u>	<u>(180)</u>

- i) Os valores de comissões reconhecidos no resultado financeiro referem-se substancialmente a custos de emissão de empréstimos e financiamentos captados e liquidados durante o ano e amortização dos custos de transação dos empréstimos e financiamentos ainda não liquidados junto ao Itaú.
- ii) Em 20 de maio de 2020, a Administração da Companhia adquiriu instrumentos derivativos para proteger operações com exposição cambial das controladas indiretas (OB I, OB II e OB III). A contratação dos instrumentos derivativos não foi realizada diretamente pelas controladas indiretas visto que naquele momento, em função da paralisação de diversas atividades devido a pandemia da Covid19, as respectivas controladas indiretas não possuíam meios de realizar as operações diretamente. Assim, a IBH I realizou a contratação de instrumentos derivativos para proteger a aquisição de máquinas e equipamentos contratados pelas controladas indiretas com exposição em dólar. Em novembro de 2020 a Administração optou por liquidar os instrumentos derivativos contratados, realizando uma margem negativa de R\$38.892, e em seguida foram contratados instrumentos derivativos pelas controladas indiretas para cobertura das aquisições em moeda estrangeira conforme nota explicativa nº 19.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

(i) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

a) Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Companhia e suas controladas indiretas tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. Durante a fase pré-operacional, a Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do fundo investidor para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa projetado.

(ii) Instrumentos financeiros por categoria - valor justo e contábil

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valor justo e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Controladora		Mensuração a valor justo
	2020	2019 (não auditado)	
<u>Ativos financeiros</u>			
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalente de caixa:			
Aplicações financeiras	751		Nível 2
Títulos e valores mobiliários	18.231	-	Nível 2
<u>Custos amortizado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Depósitos bancários	2.161	4.851	
Partes relacionadas	5.268	-	
<u>Passivos financeiros</u>			
Custos amortizado:			
Fornecedores	212	-	
Empréstimos e financiamentos	463.904	20.031	
Partes relacionadas	2.500		
Arrendamento	847		
Outras contas a pagar		8.881	

	Consolidado		Mensuração a valor justo
	2020	2019 (não auditado)	
<u>Ativos financeiros</u>			
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Aplicações financeiras	33.409		Nível 2
Títulos e valores mobiliários	18.231	4.851	Nível 2
<u>Custos amortizado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Depósitos bancários	215.345	90	
Partes relacionadas	4.448	-	
<u>Passivos financeiros</u>			
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos financeiros derivativos	19.244		Nível 2
<u>Custos amortizado</u>			
Fornecedores	77.600	-	
Empréstimos e financiamentos	788.380	20.031	
Partes relacionadas	2.500	-	
Arrendamento	847		
Outras contas a pagar		8.881	

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente (VJORA) baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos – “Hedge Accounting”

A Companhia contratou operações com instrumentos financeiros derivativos apenas para proteção de fluxo de caixa em função dos riscos, inerentes à sua operação de possíveis variações da taxa de câmbio.

A variações cambiais não realizadas sobre os saldos passivos bem como as variações cambiais realizadas sobre operações liquidadas, são contabilizadas no ativo imobilizado.

O instrumento financeiro derivativo utilizado é o NDF (“Non-Deliverable Forward”) com prazo e volume semelhante ao ativo coberto. O ajuste financeiro de cada uma destas operações é calculado pela diferença entre as taxas (futuro contratado e Ptax de liquidação) multiplicado pelo volume contratado (“notional”).

Os itens cobertos são pagamentos de “capex” em moeda estrangeira relativos principalmente à aquisição de módulos e inversores para compor o parque solar. Estes itens estão previstos em contratos já firmados com os fornecedores e as contratações dos instrumentos derivativos foram alinhadas com o desembolso financeiro dos respectivos itens.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou todos os contratos como ativos financeiros a valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes conforme demonstrado a seguir:

<u>Agente financeiro</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Moeda</u>	<u>Notional USD</u>	<u>Posição ativa BRL</u>	<u>Posição passiva BRL</u>	<u>Valor Justo</u>
Itaú Unibanco S.A	2021	USD -BRL	113.374	508.944	528.188	19.244

19. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

20. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia e suas controladas refere-se principalmente a D&O, responsabilidade civil, riscos de engenharia, obras em construção e seguro garantia referente ao contrato de compra e venda de energia firmado com a Cemig. Os prazos de vigência abrangem em média o período entre 15 e 42 meses.

21. GARANTIAS

a) Empréstimos e financiamentos

<u>Garantias</u>	<u>Tipo de garantia</u>	<u>Consolidado 2020</u>
Cédula de Crédito Bancária -CCB	Fiança bancária	212.000
Financiamentos BNDES	Fiança bancária	329.026
		<u>541.026</u>

Além de fiança bancária as garantias do financiamento com o BNDES incluem: i) penhor da totalidade das ações de emissão da Sol do Sertão, OB I, OB II e OB III e ii) penhor de máquinas e equipamentos relativos ao projeto e iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes dos contratos, autorizações, contas reserva e contas centralizadores relativas ao projeto.

b) 'Fornecedores

Garantias	Tipo de garantia / Emissor	Consolidado	
		2020	2019
Fornecedores internacionais	Carta de crédito – Banco Santander	287.066	-
		<u>287.066</u>	<u>-</u>

A fiança emitida a favor da IBH I tem por objetivo garantir as obrigações assumidas pelas Controladas Indiretas nas cartas de crédito emitida pelo Banco Itaú para os pagamentos do fornecedor Longi Solar Technology, que fornece os módulos para o complexo solar.

22. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis contudo não impactaram o caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Constituição de arrendamento no imobilizado	934	-	934	-
Fornecedores a pagar – Capex	-	-	76.261	-
Provisões de fornecedores	<u>103</u>	<u>-</u>	<u>550</u>	<u>-</u>
	<u>1.037</u>	<u>-</u>	<u>77.745</u>	<u>-</u>

23. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

As controladas indiretas da Companhia possuem compromissos assumidos em contratos de venda de energia incentivada com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. Em relação a OB I e OB II, o período de suprimento de energia estende-se entre novembro de 2021 e dezembro de 2041; em relação à OB III o período de suprimento ocorre entre janeiro de 2022 e dezembro de 2041. O volume anual contratado corresponde em média a 105,9 MWm.